DÍVIDA PÚBLICA EM DEBATE

Eulália Alvarenga

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Varginha, 04 de dezembro 2012

“os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar nas suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante”

“a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia”

KARL MARX

É bom que o povo não entenda nosso sistema bancário e monetário, porque se entendesse, acho que haveria uma revolução antes de amanhã”

Henry Ford

CONJUNTURA GLOBAL

- **Crise gerada pelo Sistema Financeiro**
- **Multiplicação de créditos – garantiu lucros fabulosos aos especuladores - baseados em ativos podres – créditos hipotecários – Subprime mesclados com créditos de boa qualidade – securitizados, vendidos e multiplicados por toda rede financeira, com aval das agências que avaliam o grau de riscos .**
- **Resultado: A economia real entrou em profunda e prolongada recessão – devido a expansão do crédito e do "efeito riqueza" – incapazes de se sustentarem ao longo do tempo.**

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO

- **Crise gerada pelo Sistema Financeiro**
- **Filme Inside Job - "Filme revela como agentes econômicos permitiram que nações quebrassem e gerassem um rombo de US$ 20 trilhões"**
- **Quando a base ruiu:**

- queda dos preços dos imóveis;

-inadimplencia dos mutuários - as instituições viram-se descapitalizadas – tornando-se insolventes.

- **Lehman Brothers, Goldman Sacks, City Bank, JP Morgan, Merrill Lynch, AIG (seguradora), etc.**

JULGADOS CULPADOS: - Standard and Poors y al banco ABN-Amro por haber mentido a los inversores.

“En un histórico fallo de mil quinientas páginas (dos veces más largo que “El Quijote”) emitido en Sydney el lunes 5 de noviembre, la jueza federal australiana Jayne Jagot declaró culpables a la calificadora de riesgo Standard and Poors y al banco ABN-Amro por haber mentido a los inversores.

Los engañados fueron doce municipios de Nueva Gales del Sur que en 2006 compraron al banco papeles de inversión denominados “Rembrandt” a los que Standard and Poors había dado la nota AAA (triple A), reservada para las inversiones “extremadamente sólidas”.

La nota del fraude, de 09-11-2012:

http://agendaglobal.redtercermundo.org.uy/2012/11/09/la-nota-del-fraude

CONJUNTURA GLOBAL

Crise financeira mundial

Causas:

- Desregulamentação do mercado financeiro
- Derivativos sem lastro
- Ativos "Tóxicos"

Efeitos:

- Grandes bancos internacionais em risco de quebra
- *Bad Banks* e Mercado Bancário Paralelo
- EUA e Europa se endividam para salvar setor bancário
- Expansão da crise para outros setores

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO

- **Crise gerada pelo Sistema Financeiro**

Para Salvar o "mercado" de seus desvarios – socializam mais uma vez os prejuízos – enfraquecimento dos Estados

AUDITORIA INÉDITA: Departamento de Contabilidade Governamental dos EUA revelou que US$ 16 trilhões foram secretamente repassados pelo Banco Central dos Estados Unidos – FED, Federal Reserve Bank - para bancos e corporações

Citigroup: $2.5 trillion ($2,500,000,000,000)
Morgan Stanley: $2.04 trillion ($2,040,000,000,000)
Merrill Lynch: $1.949 trillion ($1,949,000,000,000)
Bank of America: $1.344 trillion ($1,344,000,000,000)
Barclays PLC (United Kingdom): $868 billion ($868,000,000,000)
Bear Sterns: $853 billion ($853,000,000,000)
Goldman Sachs: $814 billion ($814,000,000,000)
Royal Bank of Scotland (UK): $541 billion ($541,000,000,000)
JP Morgan Chase: $391 billion ($391,000,000,000)
Deutsche Bank (Germany): $354 billion ($354,000,000,000)
UBS (Switzerland): $287 billion ($287,000,000,000)
Credit Suisse (Switzerland): $262 billion ($262,000,000,000)
Lehman Brothers: $183 billion ($183,000,000,000)
Bank of Scotland (United Kingdom): $181 billion ($181,000,000,000)
BNP Paribas (France): $175 billion ($175,000,000,000)

http://www.gao.gov/products/GAO-11-696

CONJUNTURA GLOBAL

Crise

- **financeira**
- **social**
- **alimentar**
- **ambiental**

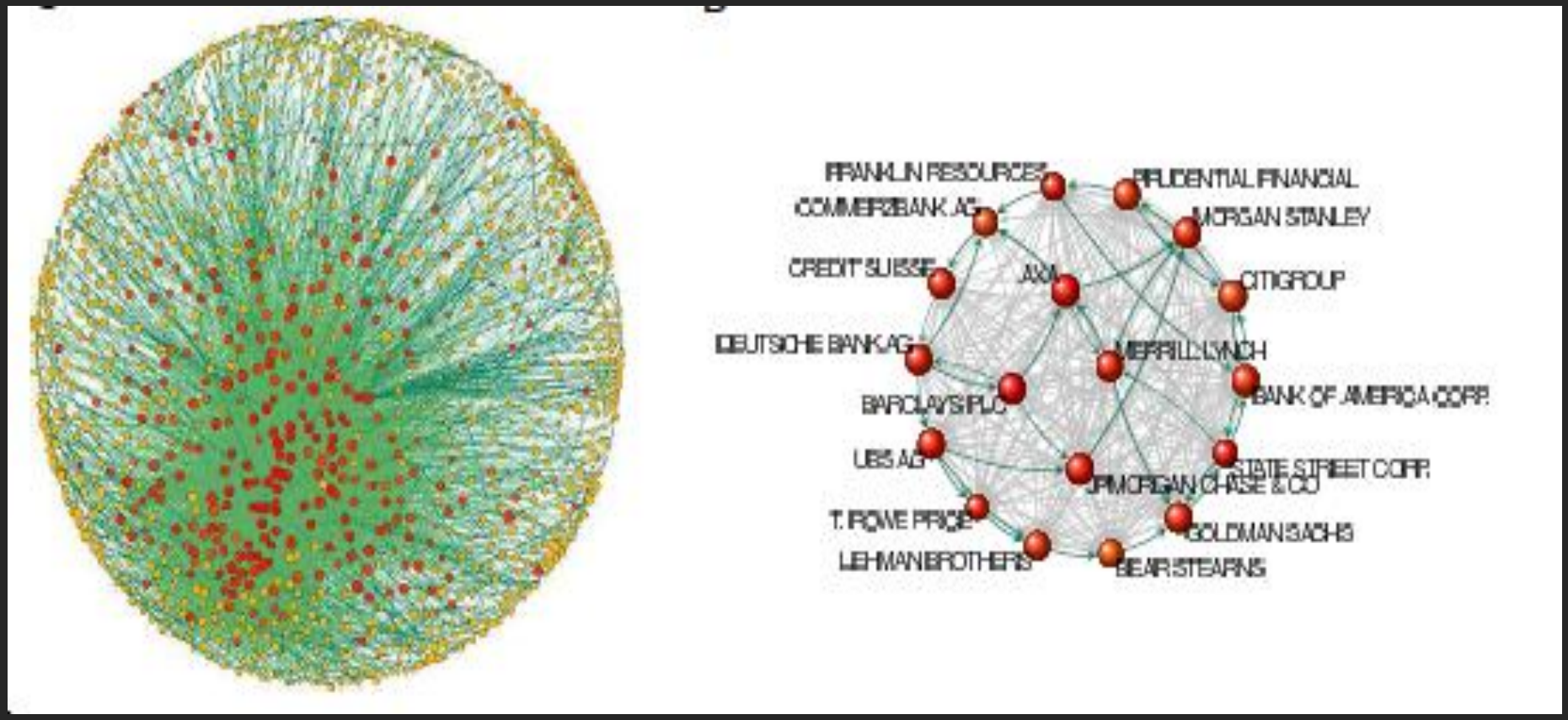
Crise de Valores

Exacerbado poder do "mercado" e da grande mídia

"...*incrível massa retórica enganosa e desinformação.*"

ESGOTAMENTO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

43.000 EMNs : acima de 1.000.000 de de ligações de propriedade
40% do controle nas mãos de 147, e "core" altamente conectado entre si
75% do "core" são entidades financeiras
75% da propriedade destas 147 empresas nas mãos das empresas do centro
Pouco mais de 50 empresas do setor financeiro detém controle do centro



S. Vitali, J.B. Glattfelder, and S. Battiston (2011) The network of global corporate control

CONJUNTURA GLOBAL

Crise do Setor Financeiro é transformada em CRISE DA DÍVIDA

Instrumento de endividamento público utilizado como um sistema de desvio de recursos públicos:

"Sistema da Dívida"

“Sistema da Dívida”

Como opera

- **Modelo Econômico**
- **Sistema Legal**
- **Sistema Político**
- **Corrupção**
- **Grande Mídia**

Dominação financeira e graves consequencias sociais

Lembrando :Como opera o "Sistema da Dívida"

- **Modelo Econômico**
  - Poder exacerbado do setor financeiro: Bancos Privados, FMI
  - Financeirização baseada em "papéis": Fundos
  - "Crises" provocadas pelo setor financeiro
  - Liberdade total para os fluxos de capitais, Sigilo, Paraísos Fiscais
  - Privilégios que garantem a destinação da maioria dos recurso continuamente para o pagamento da dívida
  - Ausência de Transparência e utilização de artifícios
  - Prioridade para o "controle da inflação" ancorado nas políticas d juros altos e controle da base monetária
  - Privatização de setores estatais estratégicos
  - Privilégios tributários para o setor financeiro e grandes corporaçõe
  - Controle da grande mídia pelo setor financeiro e grande corporações

"Sistema da Dívida"

Como opera

- **Sistema Político**
  - Ditaduras na América Latina na década de 70
  - Governos submissos ao modelo econômico
  - Financiamento de campanhas eleitorais pelo setor financeiro e grandes corporações

  - Soberania dá lugar à dependência financeira
  - Federalismo dá lugar à submissão

  - Tecnocracia na Europa recentemente; risco à democracia

Como opera o "Sistema da Dívida"

- **Modelo Econômico**
  - Poder exacerbado do setor financeiro: Bancos Privados, FMI
  - Financeirização baseada em "papéis": Fundos
  - "Crises" provocadas pelo setor financeiro
  - Liberdade total para os fluxos de capitais, Sigilo, Paraísos Fiscais
  - Privilégios que garantem a destinação da maioria dos recurso continuamente para o pagamento da dívida
  - Ausência de Transparência e utilização de artifícios
  - Prioridade para o "controle da inflação" ancorado nas políticas d juros altos e controle da base monetária
  - Privatização de setores estatais estratégicos
  - Privilégios tributários para o setor financeiro e grandes corporaçõe
  - Controle da grande mídia pelo setor financeiro e grande corporações

CONJUNTURA GLOBAL

Diante da CRISE DA DÍVIDA

Medidas de austeridade para destinar recursos ao pagamento da dívida:

- Corte de gastos sociais
- Congelamento e redução dos salários
- Demissões
- Reformas da Previdência
- Comprometimento dos Fundos de Pensão

EUROPA: REAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Grandes mobilizações e GREVE GERAL

REAÇÕES POPULARES – Auditoria Cidadã na Europa

GRÉCIA: Mobilização social e criação de comissão para auditar a dívida pública

IRLANDA: Criada comissão popular de auditoria da dívida

ISLÂNDIA: Referendo eleitoral decide não pagar dívida feita para salvar bancos- vídeo :
http://www.facebook.com/l/7AQEeFwmFAQHZlzprHJMHZO2WhuFnRF8RpbkY4301iLYB4g/www.youtube.com/watch?v=lNt7zc6ouco&feature=share

PORTUGAL: Criada comissão: Iniciativa para Auditoria Cidadã à Dívida – IAC

FRANÇA: Diversos núcleos –cerca de 50 - debatendo a criação de comitês locais para iniciar auditoria cidadã

Debates na Bélgica, Itália, Espanha entre outros

Conjuntura Atual – EUROPA

Manifestações contra *Troika* (FMI, CE, Governos e Bancos)

Grécia

Irlanda

França

Portugal

Inglaterra

Espanha

SITUAÇÃO ATUAL – BRASIL

Governo não admite crise da dívida, mas qual a razão para:

Privilégio na destinação recursos para a dívida

Juros mais elevados do mundo

Carga tributária elevada e regressiva

Ausência de retorno em bens e serviços públicos

Contingenciamento de gastos sociais

Congelamento salários setor público

Prioridade para Metas de "Superávit Primário" e "Inflação"

Reformas neoliberais: Previdência, Privatizações

Ausência de controle de capitais

Como opera o "Sistema da Dívida"- Brasil

SUPER ESTRUTURA LEGAL – O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA

Constituição Federal

Dívida para pagar dívida: Exceção no Art. 166, § 3º, II, "b"

Ver "Anatomia de uma Fraude à Constituição"

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Elaboração parte das Metas de Superávit Primário

Garantia de atualização automática mensal para a dívida

Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000

Limites para gastos públicos

Ausência de limites para o custo da Política Monetária. Transfere ao Tesouro Nacional esse custo quando negativo

OUTRAS FONTES não-tributárias

Lucros das estatais distribuídos ao governo, Privatizações,

Dívidas pagas pelos Estados e Municípios

Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (através de MP)

PRIVILÉGIOS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA DÍVIDA

- **Fontes Tributárias**

- **Política de superavit Fiscal**

- **OUTRAS FONTES não-tributárias:**

  - Lucros das estatais distribuídos ao governo (Lei 9.530/1997, Art. 1º)

  - Lucro do Banco Central (Medida Provisória nº 2.179-36/2001, Art. 2º, § 1º e Lei 11.803/2008, Art. 3º)

  - Pagamento da dívida dos estados e municípios com a União (Lei 9.496/1997)

  - Emissão de novos títulos (Lei 10.179/2001)

  - Privatizações (Lei 8.031/1990 e 9.491/1997, Art. 1º)

  - Remuneração da Conta Única do Tesouro pelo Banco Central

- **Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (MP 435 e 450)**

A estratégia de manutenção do Poder e da Acumulação Capitalista

Lucros crescentes para setor financeiro/empresarial

Financiamento de campanhas eleitorais e corrupção

Extremo poder da mídia ligada ao grande capital

Ilusória distribuição de riqueza

- Pequenos ganhos para os pobres: Bolsa Família
- Pífios reajustes para trabalhadores
- Acesso a produtos baratos: sensação de melhoria de vida
- Acesso a crédito/financiamentos

CONTENÇÃO DE GASTOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Contingenciamento recorde de R$ 50 bilhões em 2011 e acréscimo de mais R$ 10 bilhões para o superávit. Prorrogação da DRU (PEC 61)

- Arrocho de gastos sociais no orçamento/2012 sob a justificativa de "equilíbrio fiscal": Contingenciamento de R$ 55 bilhões
- Negativa de reajustes salariais aos servidores públicos ("LRF")
- "Emenda 29": recusa em aumentar recursos destinados à saúde
- PL-8035 (PNE): adia para 2023 a meta de 10% do PIB para a educação
- PL-1992: privatização da previdência do setor público
- PL-1749: privatização dos hospitais universitários
- PLP-549: institucionaliza o atual congelamento salarial
- PEC 300: recusa em aumentar o salário dos policiais

Quem ganha e quem perde
Modelo Tributário

CAPITAL e LUCRO: <u>PRIVILÉGIOS</u>

Isenções e Liberdade de movimentação

Deduções generosas, até de despesas fictícias

Proposta de redução da Contribuição Patronal

TRABALHADORES: <u>INJUSTIÇAS</u>

Fim de Deduções

Redução da Progressividade

Insuficiência de atualização da tabela do IRPF

Agravamento dos tributos indiretos

PEC-233: Reforma Tributária que transforma as contribuições sociais em impostos: Ameaça ao financiamento da Seguridade Social

"RISCO DE CONTÁGIO" DA CRISE EUROPÉIA ATUAL PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: "aumento dos canais de contágio"

- Riscos para o Fundo do Pré-sal
- Fundos de Pensão
- Fundo Soberano

Ambiente adverso à criação de Fundos de Pensão

O grave problema das contas do País não é a Previdência

RISCOS DO FUNDO SOCIAL do PRÉ-SAL

Lei 12.351/2010

Art. 47. É criado o Fundo Social - FS (...) com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento: I - da educação; II - da cultura; III - do esporte; IV - da saúde pública; V - da ciência e tecnologia; VI - do meio ambiente; e VII - de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Recursos serão aplicados no exterior:

Art. 50. Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior (...)

Somente os rendimentos das aplicações para o Social:

Art. 51. Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 47 deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

A ARMADILHA DOS FUNDOS DE PENSÃO

As sucessivas reformas da Previdência no Brasil impõem ao trabalhadores a adesão ao sistema de Fundos de Pensão.

- Na Argentina, a moratória de 2002 fez os Fundos de Pensão perderem 75% de seu patrimônio.
- Nos Estados Unidos, desde 2008 milhões de trabalhadores perderam suas economias.
- Na Europa, até a OCDE já advertiu sobre o grave risco da queda na Bolsas e dano ao Fundos de Pensão.

Previdência é sinônimo de segurança.

Como podemos colocar nosso futuro em "aplicações de RISCO"?

ASSESSORIA DO BANCO MUNDIAL PARA FUNDOS DE PENSÃO

FUNPRESP irá absorver imensas quantidades de "ativos tóxicos" que provocaram a crise financeira de 2008

COMPROMISSO DE CRIAÇÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CARTA FMI 1998

Memorando de Política Econômica

"*Contas individuais serão estabelecidas para os participantes, tanto do setor privado (RGPS) como do setor público (RJU)...*"

"*... vários gatilhos automáticos serão embutidos para aumentar as alíquotas de contribuições em caso de desequilíbrios financeiros*"

Números da Dívida

Em 31/12/2011:

Dívida Externa = US$ 402 bilhões

Dívida Interna = R$ 2,5 trilhões

Dívida Brasileira = R$ 3,2 trilhões ou 78% do PIB (U$S 1,72)

Artifícios utilizados para "aliviar" o peso dos números:

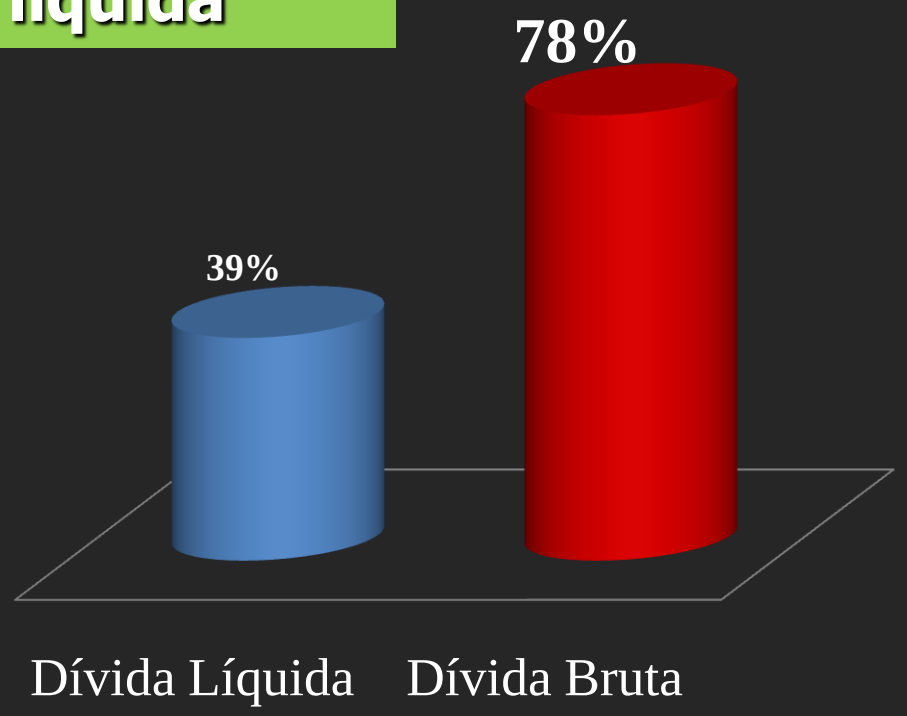
- Dívida "Líquida"
- Juros "reais"
- Atualização contabilizada como se fosse Amortização
- Exclusão da Dívida Externa "Privada"
- Comparação Dívida Líquida/PIB

OS NÚMEROS DA DÍVIDA

Por que informamos conjuntamente os gastos com juros e amortizações?

Os dados disponibilizados pelo governo sobre os juros "nominais" são calculados sobre a **dívida líquida**

A dívida que pagamos é a **dívida bruta**. É sobre ela que os juros "nominais" que pagamos são calculados.



Dados de 2011

Números da Dívida[1]

O valor compreende as seguintes rubricas: **Juros** e **Amortizações da Dívida**, inclusive a chamada **"Rolagem"**, também denominada como **"Refinanciamento"**.

1 - **Juros Nominais** : O custo efetivo dos juros da dívida mobiliária em títulos .

A CPI da Dívida Pública constatou e denunciou que a parcela dos **Juros Nominais** correspondente à atualização monetária tem **sido indevidamente** contabilizada pelo governo como **"Rolagem"** e como **"Amortizações"** da dívida.

1 - Ver – Os Números da Dívida – Artigo de M. Lúcia Fattoreeli e Rodrigo Ávila em: http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf

Números da Dívida

2 -Dessa forma, para se obter o valor efetivo dos gastos com a dívida há que se incluir os valores contabilizados nas rubricas Rolagem e Amortizações.

3- Não se conhece o valor dos Juros Nominais efetivamente pagos, pois não há a devida transparência na divulgação desse número pelo governo. Nem mesmo para a CPI da Dívida o governo informou tal cifra.

4- O que o governo informa a título de juros no SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) corresponde tão somente à parcela dos juros "reais", ou seja, à parcela dos juros que supera a inflação medida pelo IGP-M.

Números da Dívida

5 - A atualização monetária da dívida tem sido dada automaticamente e sequer aparece para a população como um custo efetivo, pois vem disfarçada de "Amortização" e "Rolagem", à parte no orçamento .

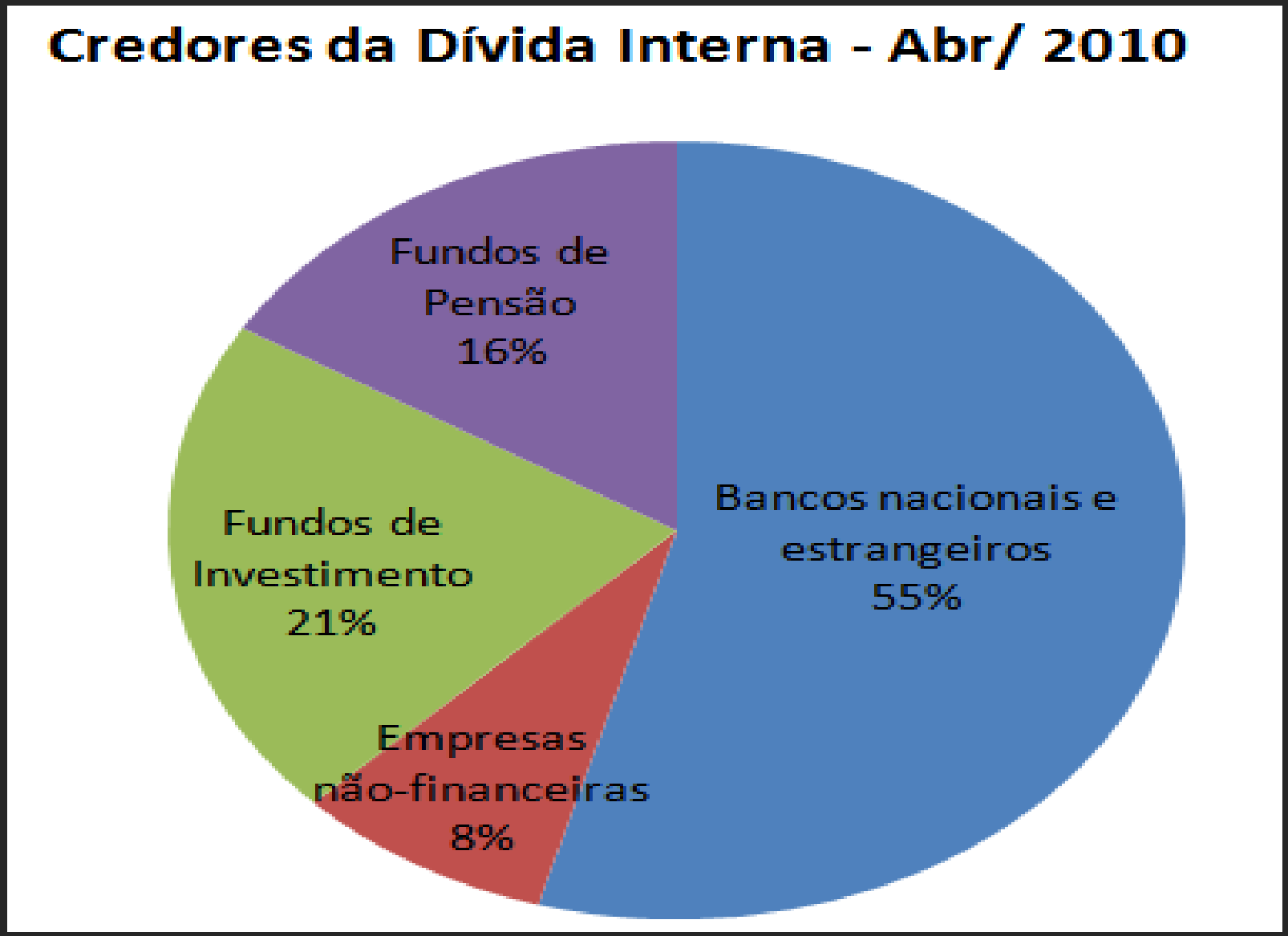
6- Para fazer uma comparação dos gastos orçamentários em grandezas equivalentes, para obter o gasto efetivo com a dívida é necessário somar as rubricas "Amortização" e "Refinanciamento", onde está embutida a parcela significativa dos juros que corresponde à remuneração da atualização monetária.

Números da Dívida

7 - CPI da Dívida comprovou taxativamente que a chamada "Rolagem" da dívida ou Refinanciamento não significa mera novação ou troca de títulos, pois nessa rubrica está embutida a parte significativa dos juros nominais referente à remuneração da atualização monetária calculada pelo IGP-M, como acima detalhado

8 - As Amortizações necessariamente correspondem a gasto anual com a dívida, pois, além de nessa rubrica estarem embutidos parte dos juros nominais, as amortizações consomem recursos obtidos pela União de várias fontes, tais como: o valor recebido dos estados federados (pela cobrança das dívidas estaduais); os recursos obtidos com as contínuas privatizações; os lucros das estatais referentes à parte ainda pública das mesmas; o rendimento da Conta Única do Tesouro, dentre outros privilégios da dívida.

Dívida Pública Brasileira: Quem detém os títulos?



Fonte: Banco Central (abri/2010) e Secretaria de Previdência Complementar (Estatística Mensal– Dez/2009)

PARADOXO BRASIL

6ª Economia Mundial

3ª Pior distribuição de renda do mundo

84º no ranking de respeito aos Direitos Humanos - IDH

POR QUÊ?

A DEPENDENCIA ECONÔMICA GERADA PELO PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO É O NÓ QUE AMARRA O BRASIL

DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

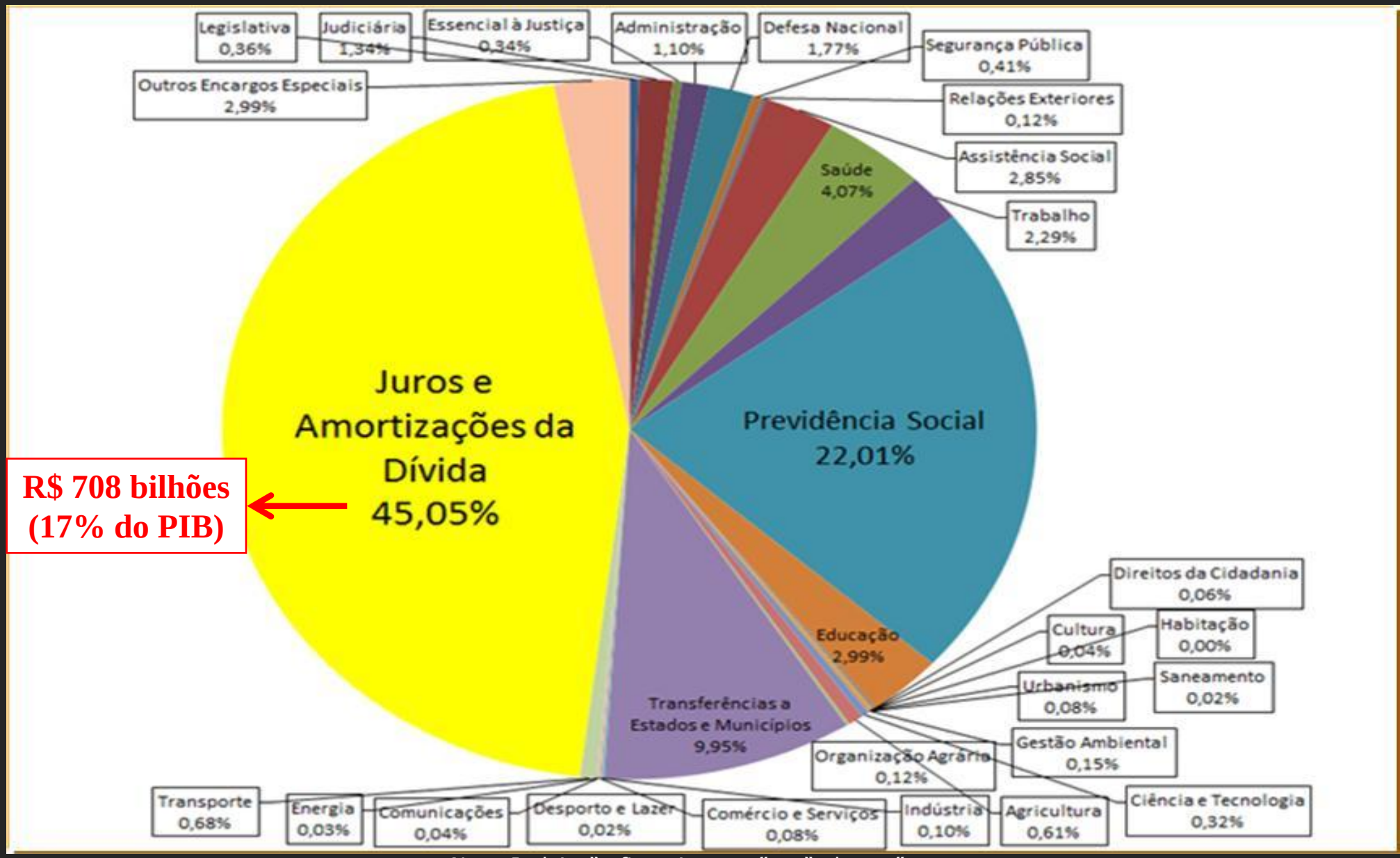
Situação inaceitável para a 6a. economia do mundo

Saúde Pública: Filas, Mortes sem atendimento, Insuficiência de leitos e UTI, Falta de médicos e profissionais de saúde, Baixos salários, Condições de trabalho aviltantes, Falta de materialidade

Educação: Ausência de políticas educacionais efetivas; Salários irrisórios para professores, apesar da sobrecarga de trabalho, provocando queda na qualidade do ensino básico; Insuficiência de vagas nas Universidades

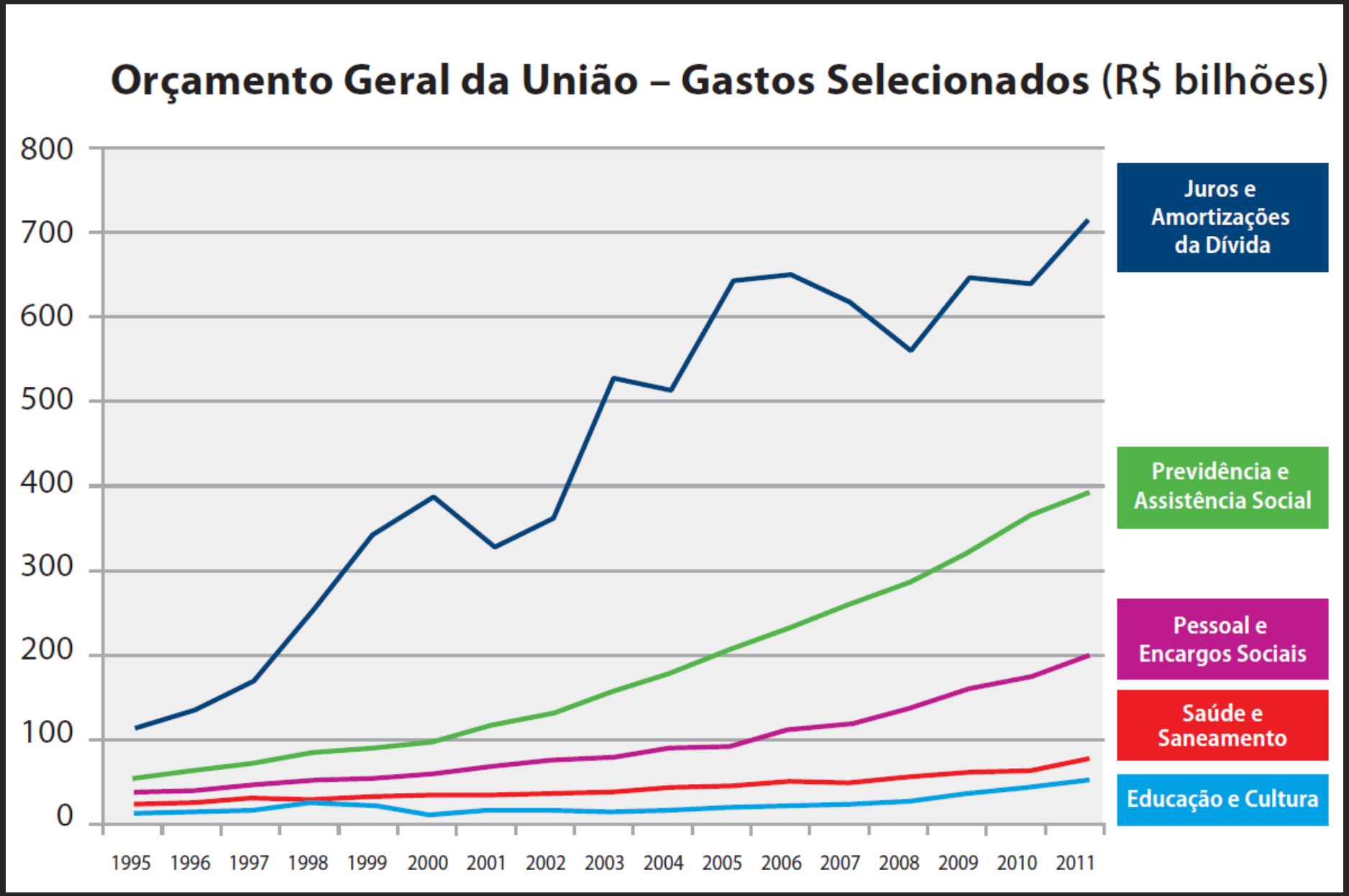
Déficit Habitacional de 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2007)

Orçamento Geral da União – Executado em 2011 – Total = R$ 1,571 trilhão



Nota: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem"

Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou "refinanciamento" da Dívida, pois a CPI da Dívida constatou que boa parte dos juros são contabilizados como tal.

Lucro dos bancos cresce 14,5% em 2011

Itaú Unibanco	2011	R$ 14,621 bilhões
Banco do Brasil	2011	R$ 12,1 bilhões
Bradesco	2011	R$ 11,028 bilhões
Santander	2011	R$ 7,8 bilhões
Caixa	2011	R$ 5,2 bilhões
HSBC	2011	R$ 1,35 bilhão
Banco Safra	2011	R$ 1,254 bilhão
Banrisul	2011	R$ 904 milhões
Paraná Banco	2011	R$ 359,5 milhões
Banese	2011	R$ 91 milhões
Panamericano	2011	R$ 67,043 milhões

Fonte: http://www.feebpr.org.br/lucroban.htm, em 21-04-2012

A FRAGILIDADE DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

"Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

PORÉM...

Em 2010:a receita líquida de impostos da União equivaleu a apenas 11% do total do orçamento federal

Em 2011: tal receita de impostos equivaleu a 13% do total do orçamento federal

A Educação recebeu apenas:

- 2,89 % do orçamento executado de 2010

- 2,99% do orçamento em 2011

ORÇAMENTO DE 2013

- **Dos 2,14 trilhões de reais do orçamento de 2013:**
- **- 900 bilhões serão gastos com o "pagamento de juros e amortizações da dívida pública - 42% -**
- **- estão previstos[1]:**
- **71,7 bilhões para educação- 12 vezes menos do que o valor destinado à dívida - 1,44% do PIB de 2013;**
- **87,7 bilhões para a saúde; 22 bilhões de reais para Bolsa Família; 5 bilhões para a reforma agrária;**

1 - **podem não ser totalmente executados – DRU e contingenciamentos que têm sido feitos reiteradamente pelo poder Executivo sob a justificativa de garantir o cumprimento da chamada meta de superávit primário -reserva orçamentária destinada exclusivamente ao pagamento da dívida pública. Educação - PEC 96/2003- proibido DRU a partir de 2012.**

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PL 8035/2010)

Proposta aprovada em 26/6/2012, na Comissão Especial da Câmara

"Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio."

- **Adia para 2023 a obtenção dos 10% do PIB para Educação**
- **Não indica quais serão as fontes de recursos, nem qual a responsabilidade do Governo Federal nesta meta, e não estabelece punições para quem não cumpri-la.**
- **Não define em lei quais gastos são considerados como "investimento público em educação pública".**

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PL 8035/2010)

Proposta aprovada em 26/6/2012, na Comissão Especial da Câmara

Uma alteração no texto representa risco de que boa parte dos 10% do PIB sejam cumpridos artificialmente, por meio da contabilização de despesas com aposentadorias e pensões de servidores da educação, bolsas de estudo, e até despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional.

Da proposta inicial constava que 10% do PIB deveriam destinar-se a "investimento público direto" em Educação. O texto aprovado alterou para "investimento público em educação pública", que abrange outros gastos, como define o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PL 8035/2010)

Proposta aprovada em 26/6/2012, na Comissão Especial da Câmara

O GOVERNO NÃO ACEITA SEQUER ESTA PROPOSTA REBAIXADA

- **Em 9/8/2012[1], o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, apresentou Recurso que obriga a votação pelo Plenário da Câmara, impedindo a remessa imediata do PL ao Senado.**
- **80 parlamentares da base do governo assinaram este Recurso.**

1- é importante ressaltar que o PNE já foi encaminhado ao Senado, pois a manobra do governo (obrigar a votação pelo Plenário da Câmara) ficou muito "escandalosa".

ORÇAMENTO DE 2013 - Educação

- a Câmara dos Deputados aprovou o aumento dos atuais 5% do PIB para 10% do PIB aplicados no setor educação - o texto aprovado indica que esse patamar deve ser alcançado somente no ano de 2023[1];

- FPE e PFM - orçamento federal - 9,3% dos recursos para transferências - quatro vezes menos do que o valor destinado à dívida.

1- necessário uma alteração na política do endividamento para que seja efetivado neste ano

QUAL O VERDADEIRO PAPEL DA DÍVIDA ?

- Instrumento de financiamento do Estado?

Ou

- Instrumento do Poder financeiro que utiliza a dívida como um mecanismo de transferencia de recursos do setor público para o setor financeiro privado?

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública

Momento atual: investigações do Ministério Público

NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E A AUDITORIA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CPI da Dívida: Articulação e participação social

Dívida dos Estados

- "Sistema da Dívida"
- Endividamento sem contrapartida
- Mecanismos financeiros exaurem recursos públicos
- Justificativa para:
  - Privatizações do patrimônio dos estados
  - Assunção de dívidas de bancos – PROES
- Fraudes
- SACRIFÍCIO SOCIAL

SITUAÇÃO DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

- Concentração da arrecadação tributária na esfera federal
- Reduzidas transferências legais para Estados e Municípios
- Subtração de receitas dos entes federativos para o pagamento de dívidas renegociadas pela União a partir de 1997
- Exigência de Privatização do patrimônio estadual
- Transferência de responsabilidades para os estados (saúde, educação, segurança, entre outros)
- "Ajustes Fiscais" e Insuficiência de recursos para investimentos sociais
- Desindustrialização, favelização, precariedade dos serviços de educação e saúde, violência, deterioração do tecido social

DADOS OFICIAIS COMPROVAM ESSES ASPECTOS

ORIGEM DA RENEGOCIAÇÃO COM A UNIÃO:

IMPOSIÇÃO DO FMI

Carta de Intenções de dezembro/1991, itens 24 e 26:

"24. Um ambicioso programa de privatizações que deverá render aproximadamente US$ 18 bilhões foi iniciado em outubro de 1991, com a venda da USIMINAS – uma lucrativa siderúrgica que é a maior da América Latina..."

26. Para facilitar um maior fortalecimento das finanças públicas, em outubro o Executivo submeteu ao Congresso propostas de mudanças institucionais que procuram fazer modificações na distribuição de receitas tributárias entre os governos federal, estadual e municipal para 1992 e 1993, a proibição de novas emissões de títulos de dívida pelos estados e um programa de reestruturação de dívida no qual o governo federal vai assumir as dívidas dos estados em troca de um programa de ajuste de 2 anos que vai facilitar a reestruturação dos gastos dos estados;

REFINANCIAMENTO PELA UNIÃO – Lei 9.496/97

- Condicionado a Programa de Ajuste Fiscal (PAF)
- Condicionado à Privatização do patrimônio dos estados (PED)
- Condicionado ao "saneamento" de Bancos que seriam privatizados (PROES). Dívida do PROES correspondeu a 55% do valor refinanciado
- **Dívidas Mobiliárias** corresponderam a 59% do montante refinanciado:
    - IGNORADAS as denúncias de fraudes comprovadas pela CPI dos Precatórios, que revelou o envolvimento de 161 instituições financeiras em processos de emissão fraudulenta de dívidas mobiliárias por estados e municípios
    - IGNORADO O BAIXÍSSIMO VALOR DE MERCADOS DAS DÍVIDAS MOBILIÁRIAS REFINANCIADAS POR 100% DO VALOR NOMINAL

Ilegalidades e Ilegitimidades

- **Juros sobre Juros = Anatocismo. Ilegal. Súmula 121 do STF**
- **Ausência de autorização pelo Senado: Relatório Final da CPI dos Precatórios:** "apenas o Estado e o Município de São Paulo haviam pedido autorização para emissão de títulos destinados ao pagamento dos precatórios judiciais com fundamento no dispositivo constitucional do art. 33 do ADCT ..."
- **TCE de Minas Gerais confirmou que não audita a dívida:** TCE apenas fez análises dos valores pagos e projeções para o futuro; não auditou as dívidas que deram origem à renegociação de 1998, e nem faz análise dos fatores que motivaram a evolução da dívida (atualização monetária, juros, amortizações) conforme Ofício 4214/2012/SP, de 20/4/2012
- **Ausência de alternativa:** Decreto nº 2.372/97 proibiu a realização de operações de crédito com instituições financeiras federais
- **Dano Financeiro e Patrimonial: Custo excessivo**

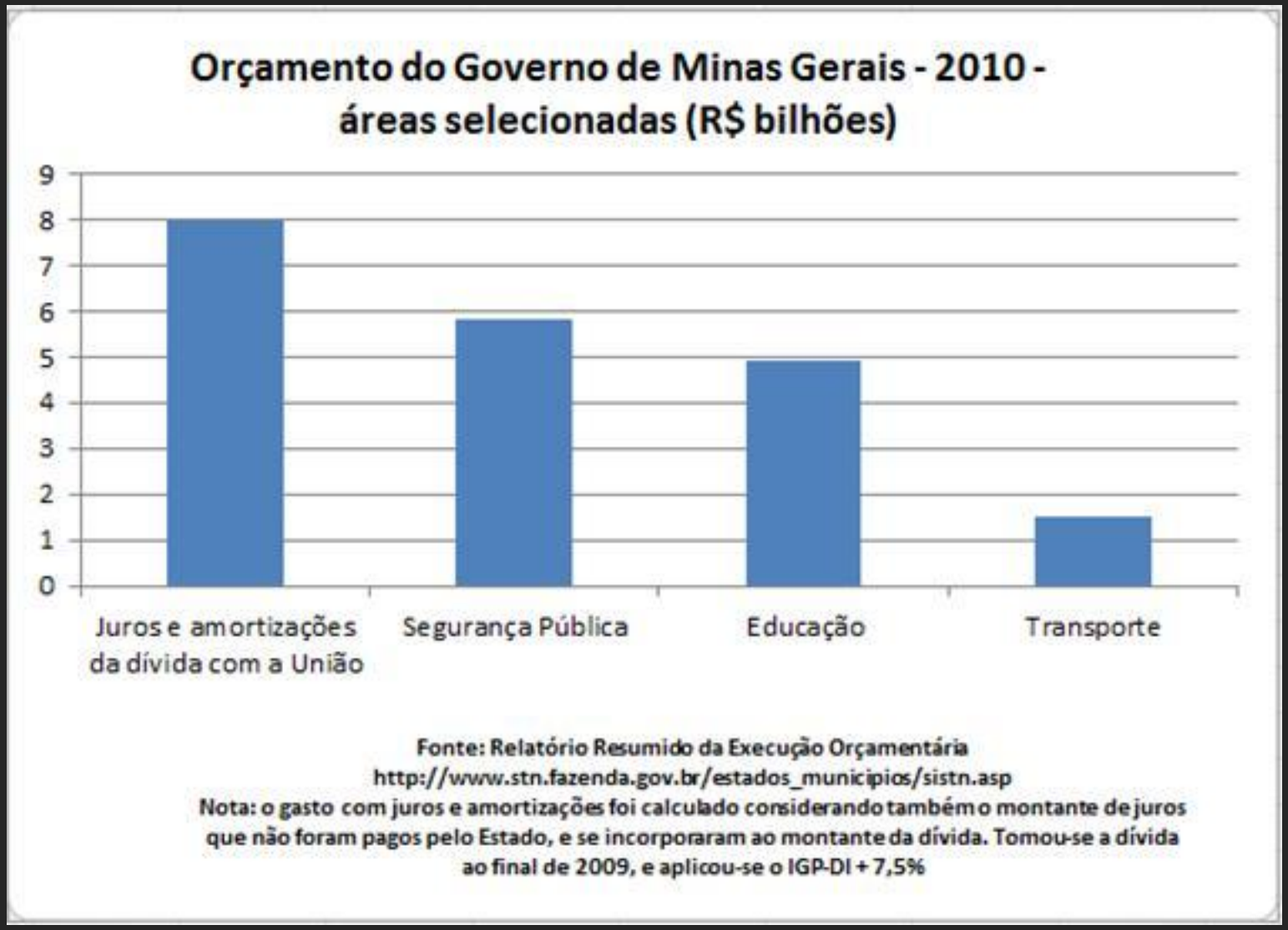
DÍVIDA DE MG COM A UNIÃO 2007-2011

em milhões

EXERCÍCIO[1]	ESTOQUE		SERVIÇO DA DÍVIDA		
2011	59.381		3.612		
2010	55.755		3.137		
2009	49.854		2.991		
2008	50.331		2.741		
2007	44.607		2.239		

Fonte:
1 – DCD/SCGO/STE/SEF-MG
Elaboração: Econ.Eulália Alvarenga- Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida

DÍVIDA DE MG CONSOME MAIS RECURSOS QUE AS ÁREAS DE SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E TRANSPORTE



É preciso considerar também, como custo da dívida, o montante de juros que não consegue ser pago pelo Estado e se incorpora ao montante da dívida.

DÍVIDA DE MINAS COM A CEMIG 2007-2011

em milhões

ANO	ESTOQUE	SERVIÇO DA DÍVIDA
2007	3.661	128
2008	4.191	126
2009	4.329	137
2010	5.070	135
2011	5.580	173

Fonte: DCD/SCGOV/STE/SEF-MG

Elaboração Econ. Eulália Alvarenga – Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida

DÍVIDA DE MINAS COM A UNIÃO

Negociada com base na Lei 9496/97 e Res.99/96 do Senado

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (IGP-DI) = JUROS DE 7,5% a.a., corrigidos mensalmente

Estudos preliminares indicam que a taxa efetiva de juros - equivalente à variação do IGP-DI mais 7,763% (acima do que diz o contrato que é de 7,5%).

Em 2010 - Minas Gerais pagou quase 20% de juros à União.

ARGUMENTO DO GOVERNO FEDERAL

"A redução dos pagamentos dos estados comprometerá as finanças federais"

PORÉM...

Art. 12 da Lei 9.496/1997: *A receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados e ao Distrito Federal, nos termos desta Lei, será integralmente utilizada para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.*

A SOLUÇÃO PARA A DÍVIDA DOS ESTADOS PASSA TAMBÉM PELA AUDITORIA DA DÍVIDA FEDERAL

PROPOSTAS DA AUDITORIA CIDADÃ

REALIZAÇÃO DE COMPLETA AUDITORIA DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS. ACESSO AOS DOCUMENTOS. TRANSPARÊNCIA

- **ORIGEM DAS CIFRAS REFINANCIADAS PELA UNIÃO**
  - **Mobiliária e PROES**
- **DÍVIDAS COM BANCO MUNDIAL – BIRD – e BID**
- **INVESTIGAR A ORIGEM e DESTINO DOS RECURSOS**

DESVENDAR O "SISTEMA DA DÍVIDA"

13 ANOS DEPOIS...

Dívida de Minas "é impagável", afirma Aécio

(Estado de Minas, 14/05/2011)

"...o IGP-DI transformou-se em monstro devorador dos recursos escassos de estados e municípios, tornando-se o mais alto dos indicadores de correção."

Alberto Pinto Coelho, Vice Governador de MG (Estado de Minas, 22/5/2011)

"Agora é possível e necessário que a União reveja as taxas de juros que utilizou nessa negociação com os estados."

Eduardo Azeredo – Governador de MG durante a renegociação com a União (Estado de Minas , 28/5/2011)

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇOES CONCRETAS

- Auditoria da Dívida Pública para desmascarar o "Sistema da Dívida" e democratizar o conhecimento da realidade financeira;
- Investigações pelo Ministério Público;
- Rever a política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social;
- Atender Direitos Humanos;
- TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE.

CONCLUSÃO

Instrumento do endividamento público foi usurpado pelo setor financeiro

Nação submissa aos interesses do “Mercado”

Metade dos recursos orçamentários da União transferidos para pagamento da dívida pública

Consequencias: Sacrifício Social, Exclusão, Miséria e Violência

Terrorismo: “Não há outro caminho ”

Fazem parecer difícil *(massa retórica enganosa e desinformação)* para que acreditemos que é impossível mudar os rumos

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a <u>AUDITORIA</u> responderá essas questões

Caderno de Estudos

A publicação ajuda a compreender a razão fundamental para as inaceitáveis injustiças sociais que vigoram em nosso País

- Por que o Brasil – 6ª potência mundial e detentor de impressionantes riquezas e potencialidades – abriga tanta miséria, fome, violência, carência e até ausência de serviços básicos de saúde, educação, saneamento, transportes, segurança, assistência, etc.?

Não deveria ser assim. Recursos existem, em abundância.
-A dívida tem absorvido a parcela mais relevante dos recursos;

- O mais grave é que as auditorias realizadas têm demonstrado que o processo de endividamento público encobre uma série de ilegalidades e ilegitimidades - subtraindo recursos público, ao invés de aportar recursos à Nação;

- O resultado desse processo é o aprofundamento do fosso social existente em nosso rico País, tornando o Brasil um dos países mais injustos do mundo.

CADERNO DE ESTUDOS

A DÍVIDA PÚBLICA EM DEBATE:

Saiba o que ela tem a ver com a sua vida

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

1ª Edição – 2012 | www.auditoriacidada.org.br

Será vendido (R$ 15,00) na loja eletrônica da Editora Inove:
www.inoveeditora.com.br

"*19 MIL CRIANÇAS MORREM POR DIA NO MUNDO DEVIDO AO CUSTO FINANCEIRO DA DÍVIDA*" (UNICEF-ONU)

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Muito obrigada

Maria Eulália Alvarenga

www.auditoriacidada.org.br

eulaliaalvarenga@hotmail.com
mg-auditoriacidada@hotmail.com